

PARA UMA HISTÓRIA DAS PAISAGENS COMPLEXAS - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Simone Narciso Lessa¹ - UNICAMP/UNIMONTES/FUNORTE

Quando observamos a paisagem paulista, como se fosse num “vão de pássaro”, percebemos que a partir do litoral até mais ou menos a porção central do estado de São Paulo, portanto, nos domínios da Mata Atlântica, o espaço é crivado por redes técnicas de infra-estrutura, rede urbana, metrópoles, que se sobrepõe a primeira natureza formando um mosaico complexo que estabelece a sua ordem e a desordem. Este espaço é qualificado essencialmente como o “core”- coração do capitalismo no Brasil, já acumulando, a décadas, tamanha concentração de recursos de toda a ordem que já, na década de 30 e 40, quando o processo de concentração se intensifica, se inicia um intenso planejamento territorial que vai empreender toda a estrutura necessária ao capital e sua reprodução.

O projeto nacionalista que começa com Vargas instaura um posicionamento diferenciado diante da instrumentalização do país para a consolidação da infra-estrutura, regulações necessárias ao capital. O primeiro plano rodoviário de 1934 já previa intervenção na rodovia Rio-São Paulo, posteriormente Via Dutra. O Eixo Rio São Paulo recebeu intenso investimento estatal para que se configurasse como eixo-bipolar de desenvolvimento. O “Core” do desenvolvimentismo brasileiro. De acordo com Milton Santos:

“Depois de ser litorânea, a urbanização brasileira se tornou praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX. A urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana. Há hoje no Brasil uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas). (...)

O perfil urbano se torna complexo, com a tendência à onipresença da metrópole, através de múltiplos fluxos de informação. Paralelamente, há uma certa “involução”

¹ Professora da pós-graduação em Saneamento e Ambiente FEC/Unicamp; do Dep. De Geociências e da Pós-Graduação em Desenvolvimento Social-Unimontes; Dep. De História Funorte.

metropolitana, o crescimento econômico das grandes cidades sendo menor que o das regiões agrícolas dinâmicas e respectivas cidades regionais.”¹

Outro fator importante deste nacionalismo estatal foi o processo de regulamentação dos recursos naturais, assim como, a implantação de IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e mesmo antes em 1934, o Código de Águas, estatização de recursos hídricos, proteção de mananciais, o Código Florestal, proteção e recuperação de florestas e mata ciliar. Legislação sobre extração mineral e a criação de parques nacionais: Itatiaia e Iguaçu, os primeiros parques do Brasil. Antes somente havia a floresta da Tijuca empreendida no Império. Neste momento a preocupação é com o controle e proteção dos recursos como matéria-prima.

O país passa a investir em infra-estrutura, importação de transnacionais, transformação das relações de trabalho no campo. O assalariamento e o surgimento de fenômenos como o bóia-fria, o operário do campo, que mora na periferia das cidades, leva a um reposicionamento da população em concentrações urbanas. O impacto sobre a mata atlântica da expansão da rede urbana e de infra-estrutura logística foi muito grande desde o início com o café. Monteiro Lobato acusava os pequenos agricultores, caipiras, pela exaustão da terra através das queimadas e derrubadas de árvores. Importante lembrar também da caça e da pesca predatória. Paralelamente ao processo o Estado empreende uma legislação para regular o uso dos recursos naturais.

Um intenso processo de urbanização dispersa pelo território do eixo da Dutra e Vale do Paraíba para o eixo do Tietê em uma malha logística rica e complexa de ferrovia, rodovias, dutovas, cabovias, sistemas interligados – eletricidade, telefonia, satélite. É o meio técnico-científico, informacional como meio geográfico. Este meio é marcado pela ação de órgãos de planejamento que definem através da legislação que regula o uso do solo: zoneamento, padrões construtivos, diretrizes viárias e ambientais e políticas públicas, no caso do Planejamento urbano, ou diretrizes regionais, normalmente marcada pelo uso da bacia como unidade de gestão ou mesmo seções de vale, buscando um escala mais local.

Apesar da intensa expansão da Segunda Natureza, já na década de 80 e 90 culminando e 2000 com a Lei do SNUC-Sistema Nacional de Unidades de Conservação, também o que sobrou da primeira natureza vai passar a ser objeto do planejamento: o Planejamento Ambiental. Antes mesmo em 60-70 o Plano Diretores e Planos Regionais traziam a temática de Meio Ambiente, com abordagens variadas. Parques passam a ser implantados, assim como outras formas de Ucs-Unidades de Conservação. O SNUC prevê Ucs de uso restritivo e de uso sustentável. As de uso restritivo são os parques nacionais ou estaduais, não os municipais. O Código Florestal as APP-Área de Proteção Permanente dos corpos d'água. São santuários regulados por planos de manejo que define o zoneamento, portanto o uso de cada parte do parque, assim como, de seu equipamento.

As de uso sustentável: APAs-Áreas de Proteção Ambiental, Reservas Florestais também deve definir as suas diretrizes num Plano de Manejo. São menos restritivas, algumas APAs abrangem até mesmo área urbanizada, como e o caso da APA Municipal de Campinas que conta com distritos e bairros urbanos. Nas Reservas Florestais é permitido o extrativismo. Na região litorânea do Estado de São Paulo, de norte a sul o ordenamento do território é marcado pela presença de unidades de conservação. Este mosaico se estende até a região de Campinas e Piracicaba, na área de transição hoje fronteira da Mata Atlântica.

Este processo de ordenamento que tem início no sudeste tem outra frente de ação no Nordeste, bacia do São Francisco, iniciada pelo Denocs- Departamento Nacional de Obras contra da Seca, ganhando impulso com a construção das hidroelétricas do sistema CHESF-Companhia Hidroelétrica do Rio São Francisco e do Codevasf – Coordenadoria de Estudos do Vale do São Francisco e na década de 50 a SUDENE. Nesta região destacaremos o Norte de Minas, onde houve uma intensa ação da SUDENE e o crescimento do processo de polarização das cidades adensando a rede urbana. As cidades, são em sua maioria rurais no que diz respeito a distribuição da população e ao estilo de vida. Essa é uma região fronteira pois polariza a rede de transportes, oferece mercado de trabalho e de consumo tende a acumular os vários setores da sociedade. Região de conflito

fundiário fundamentalmente rural, começa a apresentar em Montes Claros, por exemplo, conflitos fundiários urbanos, principalmente as ocupações e irregularidades.

Neste cenário as Ucs surgem como elemento de ordenamento e bem-estar mas diante da falta de compromisso do poder público se tornaram áreas degradadas e de risco social. Áreas importantes para o desenho urbano da cidade carecem de manejo. Outras precisam ser estabelecidas para conter a degradação de áreas frágeis e importantes para a sustentabilidade da região, Riachão, as nascentes do Vieira e a Serra do Mel. Na área de influência do pólo de Montes Claros tem um processo de criação de Ucs instalado com a criação dos Parques e outras unidades de conservação nacionais e estaduais.

A questão da conservação na região está ligada as questões fundiárias e das identidades culturais. A luta pela terra passa pelo resgate da cultura e do meio. É o caso das comunidades rurais e suas identidades. A formação das identidades regionais é construída a partir da relação histórica com o meio de ocupação de cada grupo social. Como escreve COSTA:

“Em fins do século XIX um agrupamento de imigrantes italianos se desloca para a região da Serra Geral passando a situar-se em duas áreas distintas, no planalto de formação do rio Pardo de Minas e nos sopés da serra do Espinhaço no vale do rio Verde Grande, dando origem a comunidades rurais brancas no território negro da Jahyba. Essa população imigrante em sua interface com os geraizeiros e os quilombolas articularam um modo de vida diferenciada porque alicerçado em uma racionalidade econômica aos das populações que tradicionalmente ocupavam a mesma área em que passaram a se situar. Dessa interface adveio a identidade que atualmente portam, os caatingueiros, porque situaram-se em área limítrofe à caatinga arbórea que recobria o vale do rio Verde Grande. Com o passar dos tempos os descendentes desses imigrantes italianos constituíram-se como uma população tradicional de grande importância na rede articulada...”ⁱⁱ (COSTA: 2005)

A interferência das cidades interligadas pela rede logística nas franças do urbano estabelece uma ponte com o importante problema, conflituoso, da relação da unidades de conservação com as comunidades locais, tradicionais ou não -, conflitos gerados pelo processo de antropização. Temos nesta região uma forte pressão do capital monocultor e processos de resistência rural baseado na cultura local e no agroextrativismo associativista. Exemplo – a cooperativa Grande Sertão.

Por território rurais mais vastos, cidades que não são urbanas mas rurais e pólos em intenso processo de urbanização, as franjas das redes perdem a complexidade técnica e ganham em cultura e identidade social. O Estado e de entidades vem discutindo e implantando (não necessariamente nesta ordem) Planos e Programas para essas regiões. Hoje a questão da conservação deve se aliar ao agroextrativismo para deter ou pelo menos diminuir o ritmo de expansão da fronteira de “biomassa”. Devemos incentivar uma relação compensatória das áreas agroextrativistas com as Ucs e a áreas monocultoras e *Clusters* através da gradação das restrições de uso.

ⁱ SANTOS, Milton **A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA**. São Paulo, Editora Hucitec, 1993. P. 9 e 10.

ⁱⁱ COSTA, João Batista. **PROJETO POPULAÇÕES TRADICIONAIS DO NORTE DE MINAS**. Montes claros: PICUS-FUNBIO, 2005.